

Presidentes do STF, STJ e TST discutem cortes no Judiciário

De protagonista nos noticiários à vítima de projetos de lei e de cortes orçamentários. O panorama da Justiça brasileira foi debatido durante a abertura do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, que ocorreu nesta segunda-feira (5/12).

Nelson Jr./SCO/STF



Cármem Lúcia destacou que o Brasil tem quase 80 milhões de processos aguardando decisão e apenas 16 mil juízes para julgá-los.

Nelson Jr./SCO/STF

Segundo a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Cármem Lúcia, o Brasil espera que o Poder Judiciário solucione os conflitos. Ela destacou que o Brasil tem, atualmente, quase 80 milhões de processos aguardando decisão e apenas 16 mil juízes para julgá-los.

“Como não há paz sem justiça, o que se busca é que atuemos no sentido da pacificação em um momento particularmente grave, porque aqui somos responsáveis por resolver conflitos que estejam nos processos”, disse a ministra.

Já a presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz, aproveitou sua fala no evento para anunciar medidas que adotará na corte para sanar o congestionamento processual. Uma das medidas é a reestruturação do Núcleo de Análise de Recursos Repetitivos (Narer).

O Narer é responsável por analisar a admissibilidade de recursos especiais e de agravos em recursos especiais antes que sejam distribuídos aos ministros. Segundo o STJ, o núcleo evita a distribuição de 38% de todos os recursos que chegam à corte.

Outra medida detalhada pela presidente do STJ foi a implantação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep). O órgão é encarregado de identificar matérias passíveis de afetação e apoiar seu processamento segundo o rito dos recursos repetitivos e da assunção de competência.

Gustavo Lima



Laurita Vaz anunciou medidas para diminuir o estoque processual do STJ.
Gustavo Lima

Laurita Vaz mencionou ainda a criação da Comissão Temporária Gestora, integrada por ministros das três seções especializadas do STJ. O grupo é encarregado de orientar o trabalho do Nugep e de formar uma equipe para auxiliar na redução do acervo dos gabinetes de ministros.

Para a ministra, o STJ se ocupa muito mais em resolver casos do que teses, “o que tem provocado irreparáveis prejuízos à sociedade”. Ela também ressaltou ser necessário racionalizar a via recursal para que o STJ cumpra devidamente sua função.

“É, portanto, crucial a aprovação da Emenda Constitucional 209/2012, já aprovada em primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados, para instituir um filtro de relevância para as questões a serem deduzidas no recurso especial ao STJ, nos moldes da repercussão geral exigida para o recurso extraordinário ao STF”, defendeu Laurita Vaz.

Pego pelo bolso

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, abordou em sua fala a dificuldade que a Justiça do Trabalho enfrentou para alcançar seus objetivos ao longo de 2016. "Se o desempenho da JT esteve um pouco aquém daquelas metas que nós esperávamos atingir, não foi por culpa nossa, mas exatamente pelo corte orçamentário que tivemos."

Luiz Silveira/ Agência CNJ



Presidente do TST explicou que Justiça do Trabalho sofreu com os cortes orçamentários.
Luiz Silveira/ Agência CNJ

"Passamos o ano inteiro atrás de dinheiro para poder funcionar. Além disso, tivemos que cortar do quadro 2.500 estagiários e dispensar 2.500 terceirizados. Como não comprometer o desempenho com os Tribunais fechando as portas mais cedo e reduzindo o número de audiências?", complementou.

Ives Gandra Martins Filho disse que o "orçamento discriminatório" é resultado de a Justiça do Trabalho estar 100 % inserida no Processo Judicial Eletrônico e ter sofrido um corte de 90% em investimentos de informática e em manutenção. "É simplesmente parar o Poder Judiciário Trabalhista."

Ampliação de competência

O presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Tenente Brigadeiro do Ar Willian de Oliveira Barros, defendeu a ampliação da competência da Justiça Militar para o julgamento de ações de direito administrativo e direito disciplinar militar, que hoje tramitam na Justiça Federal.

"Questões como a promoção de militares ou relacionadas à carreira ganharam volume", observou o ministro Barros, que ressaltou a participação de militares brasileiros em missões pelo mundo, como no Haiti, Líbano, Saara, Sudão do Sul e Costa do Marfim.

Selo Justiça em Números

Durante a cerimônia de abertura do 10º Encontro Nacional de Justiça, também foi entregue o Selo Justiça em Números. A premiação é dividida nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze.

O prêmio é concedido pelo CNJ, que considera como quesitos a atenção aos prazos e à consistência dos dados, o nível de informatização do órgão, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do Conselho alinhadas à gestão da informação.

Confira os vencedores por categoria:

Categoria	Premiado
Diamante	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
	Tribunal Regional Federal da 5ª Região



Categoria

Premiado

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 1ª
Região
(RJ)

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 4ª
Região
(RS)

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 5ª
Região
(BA)

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 6ª
Região
(PE)

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 14ª
Região
(RO/AC)



Categoria	Premiado
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP)	Tribunal Superior do Trabalho Tribunal de Justiça do Estado do Acre Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul Tribunal de Justiça do Estado do Minas Gerais Tribunal de Justiça do Estado do Pará Tribunal de Justiça do Estado da Pernambuco Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul Tribunal de Justiça do Estado de Roraima Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe Tribunal de Justiça do Estado do Tocantis
Ouro	Tribunal Regional Federal da 2ª Região Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN) Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI)



Categoria

Premiado

Tribunal
Regional
do
Trabalho
da 23ª
Região
(MT)
Tribunal
de Justiça
Militar
do
Estado
do Rio
Grande
do Sul
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Ceará
Tribunal
Regional
Eleitoral
de Goiás
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Piauí
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Rio
Grande
do Norte
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Rio
Grande
do Sul



Categoria	Premiado
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantis	
	Superior Tribunal de Justiça
	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
Prata	Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
	Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo
	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Bronze	Tribunal Regional Eleitoral do Acre
	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais



Categoria**Premiado**

Tribunal
Regional
Eleitoral
do Mato
Grosso
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Mato
Grosso
do Sul
Tribunal
Regional
Eleitoral
da
Paraíba
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Paraná
Tribunal
Regional
Eleitoral
de
Pernambuco
Tribunal
Regional
Eleitoral
do Rio de
Janeiro

Com informações das assessorias de imprensa do CNJ, do STJ, do TST e do TSE.

**Notícia alterada às 13h30 do dia 7 de dezembro de 2016 para inclusão de informações.*

Date Created

07/12/2016